

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

DANIELA DE VASCONCELOS ABOU HANA

**“O dragão e o celeiro”: O papel da China na expansão da soja brasileira e
a consolidação da fronteira agrícola do MATOPIBA**

RECIFE

2025

DANIELA DE VASCONCELOS ABOU HANA

“O dragão e o celeiro”: O papel da China na expansão da soja brasileira e a consolidação da fronteira agrícola do MATOPIBA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em relações internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Maria Eduarda Antonino Vieira

RECIFE

2025

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

A155d Abou Hana, Daniela de Vasconcelos.
“O dragão e o celeiro”: o papel da China na expansão da soja brasileira e a consolidação da fronteira agrícola do Matopiba / Daniela de Vasconcelos Abou Hana. – Recife, 2025.
36 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr.^a Maria Eduarda Antonino Vieira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Brasil-China. 2. Soja. 3. Matopiba. 4. Fronteira agrícola. 5. Interdependência assimétrica. 6. Economia política internacional. 7. Neoeextrativismo. 8. Cerrado. I. Vieira, Maria Eduarda Antonino. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2025.2-004)

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. China e o novo cenário global da soja: OMC, segurança alimentar e reconfigurações das cadeias agroalimentares	9
Mapa 1 - Mapa de localização do MATOPIBA	12
3. Comércio Brasil–China e Expansão da Sojicultura no MATOPIBA	13
3.1. O mercado internacional da soja e o papel do Brasil como “celeiro”	14
3.2. Condições políticas e institucionais da expansão da fronteira agrícola	17
3.3. O MATOPIBA como fronteira agrícola do século XXI	19
3.4. Impactos econômicos: modernização seletiva e dependência externa	21
3.5. Impactos sociais: reconfiguração do espaço rural e conflitos territoriais	23
3.6. Impactos ambientais: desmatamento, perda de biodiversidade fragilização hídrica	25
	26
4. Conclusão	28
Referência bibliográficas	31

“O dragão e o celeiro”: O papel da China na expansão da soja brasileira e a consolidação da fronteira agrícola do MATOPIBA

Daniela de Vasconcelos Abou Hana¹

Dra. Prof. Maria Eduarda Antonino Vieira²

RESUMO:

Este artigo analisa como a intensificação da demanda chinesa por soja, especialmente após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e durante o superciclo das commodities (2003–2013), reconfigurou o comércio exterior brasileiro e impulsionou a consolidação do MATOPIBA como nova fronteira agrícola entre 2001 e 2011. Argumenta-se que a ascensão chinesa como potência agroalimentar e como principal destino das exportações de soja do Brasil aprofundou uma relação de interdependência assimétrica, orientando investimentos, políticas e decisões territoriais no país. Nesse contexto, o MATOPIBA tornou-se símbolo da expansão do agronegócio exportador, articulando modernização tecnológica, abertura de novas áreas e integração às cadeias globais. A análise combina revisão bibliográfica e documental, mobilizando referenciais da Economia Política Internacional, como interdependência assimétrica (Keohane; Nye, 1977), economia-mundo (Wallerstein, 1974; Arrighi, 2007) e neoextrativismo (Gudynas, 2009). Com base nesses aportes, o estudo demonstra que a demanda chinesa não produziu apenas efeitos comerciais, mas acelerou dinâmicas territoriais, fundiárias e socioambientais já em curso no Cerrado. Destacam-se impactos como concentração de terras, pressão sobre comunidades tradicionais, transformação dos ecossistemas e intensificação de conflitos por recursos. O artigo conclui que a relação sino-brasileira, embora ofereça oportunidades econômicas, reforça um padrão de especialização primária e depende de um modelo agroexportador ambientalmente insustentável e socialmente desigual. Assim, a expansão da sojicultura no MATOPIBA revela tensões estruturais da inserção internacional do Brasil e os limites das estratégias de desenvolvimento apoiadas em commodities agrícolas.

Palavras-chave: Brasil–China; soja; MATOPIBA; fronteira agrícola; interdependência assimétrica; Economia Política Internacional; neoextrativismo; Cerrado.

ABSTRACT

This article examines how China's growing demand for soybeans, especially after the country's accession to the World Trade Organization (WTO) and during the commodities supercycle (2003–2013), reshaped Brazil's foreign trade and propelled the consolidation of MATOPIBA as a new agricultural frontier between 2001 and 2011. It argues that China's rise as an agri-food power and as the main destination for Brazilian soybean exports deepened the relationship of asymmetric interdependence, guiding investments, public policies, and territorial decisions in Brazil. In this context, MATOPIBA became a symbol of the expansion of export-oriented agribusiness, marked by technological modernization, the opening of new cultivated areas, and integration into global value chains. The analysis combines bibliographic and documentary research, drawing on International Political Economy frameworks such as asymmetric interdependence (Keohane and Nye, 1977, 1977), world-systems analysis (Wallerstein, 1974; Arrighi, 2007), and neo-extractivism (Gudynas, 2009). Based on these approaches, the study shows that Chinese demand produced not only commercial effects but also accelerated territorial, land-related, and socio-environmental dynamics already underway in the Cerrado. Key impacts include land concentration, pressure on traditional communities, ecosystem transformation, and intensified conflicts over natural resources. The article concludes that the Brazil–China relationship, while creating economic opportunities, reinforces a pattern of primary-commodity specialization and relies on an environmentally unsustainable and socially unequal agro-export model. Thus, the expansion of soybean production in MATOPIBA reveals structural tensions in Brazil's international insertion and highlights the limits of development strategies centered on agricultural commodities.

Key-words: Brazil–China relations; soybean trade; MATOPIBA; agricultural frontier; asymmetric interdependence; International Political Economy; neo-extractivism; Cerrado

1. INTRODUÇÃO

As transformações no sistema econômico internacional nas primeiras décadas do século XXI reconfiguraram padrões de produção, circulação e consumo de *commodities* agrícolas. Um elemento crucial desse processo foi a ascensão da China como potência econômica e como principal polo de demanda global por alimentos e matérias-primas, intensificada pela urbanização acelerada, pela industrialização e pela reestruturação dos padrões alimentares chineses. No mesmo período, o mundo assistiu ao chamado superciclo das *commodities* (2003–2013), que elevou preços internacionais e ampliou fluxos de investimento em setores primário-exportadores, particularmente na América Latina. Nesse contexto, a soja consolidou-se como *commodity* estratégica para a segurança alimentar chinesa e como eixo central das relações comerciais Brasil–China (Schlesinger, 2008; Oliveira, 2015).

A partir dos anos 2000, o Brasil emergiu como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de soja, reforçando um padrão de especialização primária já delineado desde a modernização agrícola das décadas anteriores. A China tornou-se o principal destino da soja brasileira, inserindo o país em um quadro de interdependência assimétrica, no qual a demanda chinesa passou a orientar investimentos, políticas públicas e decisões territoriais no Brasil. Esse movimento estimulou a expansão de novas fronteiras agrícolas, sobretudo no Cerrado, impulsionando a abertura de extensas áreas ao agronegócio exportador. Entre essas fronteiras, o MATOPIBA, acrônimo que reúne Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, consolidou-se como símbolo da nova etapa do agronegócio brasileiro, marcada por modernização tecnológica, intensificação de cadeias logísticas e crescente integração às dinâmicas globais (Miranda et al., 2017). O MATOPIBA passou a ser visto como o “celeiro” em uma nova etapa da produção agrícola nacional, marcada pela modernização tecnológica e a integração aos mercados globais³. Entretanto, o processo de ocupação e expansão agrícola dessa região não pode ser compreendido apenas pela ótica econômica. A consolidação do MATOPIBA envolve dimensões geopolíticas, sociais e ambientais que escapam à narrativa de “modernização produtiva”, uma vez que a expansão da sojicultura incidiu sobre ecossistemas sensíveis, tensionou modos de vida tradicionais e reconfigurou estruturas fundiárias historicamente vulneráveis (Alves, 2016). Nesse sentido,

a influência da demanda chinesa ultrapassa o plano estritamente comercial: ao reordenar fluxos, preços e expectativas de investimento, ela interfere diretamente no espaço agrário brasileiro, acelerando dinâmicas territoriais em curso e intensificando disputas por terra e recursos. Diante desse panorama, o presente artigo busca responder à seguinte questão central: de que forma a intensificação da relação comercial Brasil-China, centrada na exportação de soja, contribuiu para a consolidação da fronteira agrícola do MATOPIBA no período 2001–2011?

Nesse cenário, entre 2001 e 2011 observa-se o aprofundamento de uma relação de interdependência entre Brasil e China, enquanto o Brasil buscava consolidar-se como fornecedor global de alimentos e *commodities*, a China se tornava o principal destino de suas exportações agrícolas. Esse recorte temporal captura tanto o crescimento acelerado do comércio bilateral de soja quanto o momento em que o MATOPIBA inicia sua consolidação como nova fronteira agrícola nacional. É nesse contexto que se situa o encontro, aqui tratado de forma crítica, entre “o dragão”, em busca de segurança alimentar, e “o celeiro”, impulsionado pela expansão do agronegócio, uma relação marcada simultaneamente por interdependência e assimetria, que revela oportunidades econômicas, mas também tensões territoriais e socioambientais

A análise da relação sino-brasileira, com enfoque na cadeia global da soja, permite compreender como dinâmicas internacionais moldam transformações territoriais internas, evidenciando a articulação, nem sempre equilibrada, entre interesses nacionais e estrangeiros na organização do espaço agrário brasileiro. Ao situar o Brasil simultaneamente como fornecedor de *commodities* e como elo subordinado em cadeias agroalimentares globalizadas, essa discussão também dialoga com debates contemporâneos sobre soberania alimentar, uso da terra e inserção internacional do país, em meio à persistente dependência das exportações primárias (Leite, 2020; Delgado, 2012). Compreender essas interações é, portanto, essencial para avaliar os desafios e possibilidades colocados ao agronegócio brasileiro diante das novas geopolíticas da alimentação e dos regimes globais de produção agrícola.

O objetivo geral deste trabalho é analisar de que maneira a crescente demanda chinesa por soja contribuiu para a reconfiguração do comércio exterior brasileiro e para a expansão da fronteira agrícola do MATOPIBA entre 2001 e 2011, examinando suas implicações socioeconômicas e ambientais. Para alcançar esse propósito, definiram-se os

seguintes objetivos específicos: (1) contextualizar a entrada da China na OMC e sua estratégia de segurança alimentar como fatores que impulsionaram a intensificação da demanda global por soja; (2) investigar a articulação entre o *boom* das exportações brasileiras de soja e a aceleração da expansão da sojicultura no MATOPIBA; e (3) avaliar as repercussões econômicas, sociais e ambientais dessa expansão, com atenção aos impactos sobre a estrutura fundiária, as comunidades locais, a biodiversidade do Cerrado e a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado.

A metodologia deste artigo baseia-se em pesquisa qualitativa, articulando revisão bibliográfica e análise documental. Foram selecionados, para o recorte temporal de 2001 a 2011, artigos acadêmicos, livros e relatórios de organismos nacionais e internacionais (como FAO, Banco Mundial, MAPA, Embrapa, IBAMA), privilegiando estudos e documentos que tratam simultaneamente da relação comercial Brasil-China, da cadeia global da soja e da expansão do agronegócio no Cerrado. A análise dos dados e textos foi orientada por um referencial de Economia Política Internacional, mobilizando conceitos como a *interdependência assimétrica* formulada por Keohane e Nye (1977), essencial para compreender as desigualdades estruturais presentes na relação comercial Brasil-China. Articula-se também à *perspectiva da economia-mundo* e da *divisão internacional do trabalho* desenvolvidas por Wallerstein (1974) e aprofundadas por Arrighi (2007), que situam o Brasil em uma posição periférica agroexportadora dentro do sistema global.

Soma-se a isso o debate latino-americano sobre *neoextrativismo* (Gudynas, 2009; 2011) e sobre a formação do complexo agroindustrial financeirizado (Delgado, 2012), fundamentais para interpretar a expansão da fronteira agrícola no Cerrado. Por fim, incorpora a abordagem dos regimes alimentares proposta por Friedmann e McMichael (1989), permitindo entender como o mercado global da soja é estruturado por Estados, corporações e dinâmicas geopolíticas. Esses referenciais orientam a leitura das evidências e sustentam a interpretação sobre como condicionantes externos e internos se articulam para moldar a expansão da sojicultura no MATOPIBA. A seguir, mapa da localização do MATOPIBA no território brasileiro.

¹ Neste trabalho, a metáfora “o dragão e o celeiro” será utilizada para sintetizar a assimetria estrutural entre a China, principal polo de demanda, e o Brasil, fornecedor majoritário de soja. Ainda assim, reconhece-se que essa expressão carrega problemáticas importantes: tende a simplificar dinâmicas complexas da economia política internacional, reproduz certo imaginário orientalista ao representar a China como “dragão” e naturaliza o Brasil como espaço produtivo passivo, obscurecendo conflitos socioambientais e relações de poder que permeia na expansão agrícola. Seu uso, portanto, é instrumental e crítico, não adesão acrítica à metáforas.

O artigo organiza-se de modo a articular escalas globais, nacionais e territoriais na análise da relação China–Brasil e de seus efeitos sobre a expansão da soja no MATOPIBA. A Seção 2 discute a ascensão chinesa no sistema agroalimentar internacional e as transformações desencadeadas por sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) situando a demanda por soja dentro de um quadro mais amplo de reconfigurações das cadeias globais de commodities. Em seguida, a Seção 3 examina o comércio bilateral e suas conexões com a fronteira agrícola, detalhando o papel do Brasil como “celeiro”, as condições políticas e institucionais que viabilizaram o avanço da sojicultura e a consolidação do MATOPIBA como território estratégico. As subseções posteriores analisam os impactos econômicos, sociais e ambientais desse processo, da modernização seletiva e da dependência externa aos conflitos fundiários e à degradação do Cerrado, culminando em uma síntese crítica sobre os limites estruturais e socioambientais do modelo agroexportador brasileiro.

2. CHINA E O NOVO CENÁRIO GLOBAL DA SOJA: OMC, SEGURANÇA ALIMENTAR E RECONFIGURAÇÕES DAS CADEIAS AGROALIMENTARES

A entrada da China na OMC, em dezembro de 2001, é amplamente reconhecida como um marco histórico da economia global. Mais do que a adesão formal às regras de liberalização comercial, aquele movimento representou a incorporação definitiva da China a uma arquitetura institucional que vinha se consolidando desde o fim da Guerra Fria. A transformação não se deu somente no plano econômico, alterou padrões de interdependência, deslocou eixos de poder e reconfigurou cadeias agroalimentares, inclusive aquelas que atravessam o Brasil. Após 2001, a China aprofunda seu processo de transição para uma economia socialista de mercado, ajustando tarifas, flexibilizando subsídios, estimulando a entrada de capitais estrangeiros e integrando-se às cadeias globais de valor (Garcia, 2014).

Mas essa integração não significou apenas “abertura”, envolveu uma capacidade de direcionamento estatal que estrutura seletivamente os setores a serem estimulados ou sacrificados dentro de uma lógica de planejamento de longo prazo. Um exemplo emblemático é a decisão do governo chinês, ao longo dos anos 2000, de reduzir a produção doméstica de soja no Nordeste da China para priorizar a expansão do milho, insumo estratégico para a produção de carne suína, setor central do projeto de modernização agroindustrial (Zhang, 2011; Hermann; Xu, 2015; OECD; Fao, 2015). Ao optar por importar soja em larga escala e liberar terras internas para outras cadeias, o Estado chinês reorganizou deliberadamente sua estrutura agrícola. Como consequência, a dinâmica de urbanização, o deslocamento de milhões de trabalhadores rurais e a transformação dos padrões alimentares criaram uma pressão inédita sobre o sistema agroalimentar interno. A questão alimentar torna-se, então, um problema de segurança nacional e, simultaneamente, um vetor de projeção internacional.

Nesse cenário, a literatura clássica das Relações Internacionais oferece uma chave interpretativa central, a interdependência assimétrica proposta por Keohane e Nye (1977). A interdependência não significa igualdade, é atravessada por assimetrias estruturais, que se expressam na capacidade de determinados atores moldarem ritmos, padrões e condições das trocas. Quando a China se converte no maior importador mundial de soja, e, mais do que isso, no principal definidor dos preços internacionais e dos fluxos logísticos, ela passa a

ocupar uma “posição nodal” no regime agroalimentar global. O Brasil, ao contrário, torna-se cada vez mais dependente desse mercado e menos capaz de diversificar sua pauta exportadora. Essa relação, longe de ser neutra, configura um padrão de poder estrutural, ainda que não coercitivo.

Entretanto, para compreender esse processo sem incorrer em determinismos, é preciso recuperar uma perspectiva de longa duração, em diálogo com autores como Wallerstein (2004), Arrighi (2007) e Giovanni Alves (2015). Antes mesmo da ascensão chinesa, o Brasil havia consolidado um modelo agroexportador profundamente articulado com a divisão internacional do trabalho. Desde o ciclo da modernização agrícola das décadas de 1970 e 1980, com investimento pesado da Embrapa, expansão do crédito rural, incentivos fiscais e ampliação da fronteira agrícola para o Cerrado, já se delineava uma estrutura produtiva voltada à exportação de *commodities* de baixo valor agregado. O país, nesse sentido, não se “reorienta” por causa da China, mas, encontra na demanda chinesa a continuidade e a intensificação de uma lógica já existente.

Por isso, é equivocado afirmar que a China “cria” o MATOPIBA, a fronteira agrícola que se expande para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia emerge de um processo histórico interno, ancorado em políticas estatais, incentivos públicos e transformações estruturais no modelo agrícola brasileiro. Desde as décadas de 1970 e 1980, o Estado brasileiro investiu na “conquista do Cerrado” por meio de um conjunto robusto de políticas tecnológicas e creditícias, a Embrapa desenvolveu variedades de soja adaptadas a solos ácidos e de baixa fertilidade; o Prodecir (programa de cooperação com o Japão) financiou colonização planejada, abertura de áreas, correção de solo e mecanização intensiva; e o crédito rural subsidiado permitiu que médios e grandes produtores incorporassem tecnologias de ponta (Pereira, 2010; Miranda et al., 2017).

Já nos anos 2000, políticas como o Plano Safra, o Moderfrota, as linhas de financiamento do BNDES e os programas estaduais de atração de investimentos, incluindo isenções fiscais, flexibilização ambiental e regularização fundiária acelerada, reforçaram a expansão para áreas de cerrado ainda pouco integradas ao circuito agroexportador. Esse conjunto institucional conforma o que Delgado (2012) denomina complexo agroindustrial financeirizado, no qual o Estado atua simultaneamente como indutor (ao fornecer crédito, pesquisa agrícola e infraestrutura) e como garantidor (ao regularizar terras, flexibilizar normas e criar condições jurídicas favoráveis ao avanço do capital). A expansão do

de moderno e tecnologizado, opera dentro dessa lógica, trata-se de um modelo que combina ganhos de produtividade com aprofundamento de vulnerabilidades socioambientais e dependências externas. Assim, quando a China intensifica a compra de soja, ela não apenas amplia seus fluxos de importação, mas também reforça um regime produtivo baseado na especialização primária e na incorporação de territórios sensíveis, como o Cerrado, às cadeias globais.

A noção de *economia-mundo* desenvolvida por Wallerstein (2004) ajuda a entender essa articulação entre produção local e estruturas globais. A soja brasileira não é apenas uma “mercadoria”, é um elo dentro de um arranjo sistêmico que liga terras, trabalho, tecnologia e capital financeiro transnacional. Os investimentos da *China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation* (COFCO), assim como a atuação de gigantes do comércio global de commodities, *Bunge Limited* (Bunge), *Cargill Incorporated* (Cargill), *Archer Daniels Midland Company* (ADM) e *Louis Dreyfus Company* (LDC) consolidam o controle sobre a circulação da *commodity*, reforçando a posição subordinada do Brasil nas cadeias globais de valor. Essa presença empresarial, em articulação com o Estado brasileiro, reproduz hierarquias históricas no sistema internacional e redefine a geografia da produção.

Nesse cenário, é importante observar que a crescente dependência da China não se limita a aspectos comerciais, produz consequências diretas no território. A expansão da soja para áreas de Cerrado, sobretudo no MATOPIBA, evidencia como a lógica da interdependência assimétrica se materializa em conflitos fundiários, desmatamento, pressão sobre comunidades tradicionais (como fundos e fechos de pasto), privatização de recursos hídricos e concentração de terras. As 2.338 disputas por terra registradas no MATOPIBA entre 2000 e 2019 (EPSJV/Fiocruz, 2021) revelam que o avanço do capital não ocorre em um “vazio demográfico”, mas sobre territórios ocupados, manejados e historicamente preservados por populações rurais.

Portanto, compreender a relação entre China e Brasil exige ir além da análise de oferta e demanda. A soja configura-se como um recurso geopolítico, cuja circulação envolve estratégias de segurança alimentar, dependências econômicas, disputas territoriais e assimetrias de poder. Ao mesmo tempo, a inserção brasileira no regime global de *commodities* é produzida por uma interação complexa entre condicionantes internos (políticas públicas, estrutura fundiária, Estado desenvolvimentista, expansão empresarial) e condicionantes externos (preços internacionais, mercados importadores, atuação de

corporações transnacionais). Dessa forma, a China amplia sua influência no sistema agroalimentar global, ao passo que o Brasil aprofunda seu papel de fornecedor dependente, reforçando desigualdades territoriais e vulnerabilidades estruturais. O “dragão” em busca de segurança alimentar se articula com o “celeiro” movido pela expansão do agronegócio, e dessa convergência emergem tanto ganhos econômicos quanto tensões socioambientais profundas.

3. COMÉRCIO BRASIL–CHINA E EXPANSÃO DA SOJICULTURA NO MATOPIBA

Diante desse novo cenário global moldado pela ascensão chinesa à OMC, pela reestruturação das cadeias agroalimentares e pela intensificação da interdependência assimétrica entre Brasil e China, torna-se necessário deslocar a análise do plano macroestrutural para o plano territorial. Se, na seção anterior, buscou-se compreender como a China se tornou um ator nodal do regime alimentar contemporâneo e como sua demanda por soja passou a reorganizar fluxos comerciais e estratégias estatais, agora o foco recai sobre os efeitos concretos dessa articulação no espaço agrário brasileiro. A expansão da sojicultura, especialmente no Cerrado e no MATOPIBA, não pode ser explicada apenas pela lógica de mercado ou pelos preços internacionais, mas, resulta da interação entre essa demanda externa, uma estrutura agrária historicamente concentrada e políticas internas que, desde os anos 1970, vêm condicionando o território à lógica do agronegócio. Assim, a seção 3 examina como a relação Brasil–China se traduz na consolidação de um “celeiro” global, aprofundando dinâmicas de modernização seletiva, financeirização da terra, desigualdades regionais e novas fronteiras agrícolas, que expressam, no terreno, os mesmos mecanismos de poder estrutural, dependência e reorganização territorial discutidos anteriormente.

3.1. O mercado internacional da soja e o papel do Brasil como “celeiro”

A década de 2000 constitui uma inflexão fundamental no regime alimentar contemporâneo, concebido, à maneira de Friedmann e McMichael (1989), como a configuração histórica que vincula Estados, corporações e fluxos agroalimentares no interior da economia-mundo capitalista. Nesse período, a soja deixa de ser apenas um grão

estratégico e passa a compor o núcleo duro das cadeias agroalimentares globais, impulsionada pela ascensão da China como grande importadora. A entrada chinesa na Organização Mundial do Comércio, em dezembro de 2001, não produziu apenas uma “abertura” tarifária: ela alterou parâmetros sistêmicos. Como registra o World Trade Report da OMC, *“a acessão da China deverá acelerar sua integração nas cadeias globais de abastecimento, ampliando de modo significativo a demanda por alimentos, grãos e ração animal”* (OMC, 2002, p. 42). Essa transformação é reafirmada pelo China Agricultural Development Report, que já em 2004 indicava que *“garantir o fornecimento externo de soja tornou-se prioridade estratégica para a segurança alimentar nacional”* (MOA, 2004, p. 67).

A urbanização acelerada, mais de 150 milhões de pessoas migrando para centros urbanos entre 2000 e 2010, e a alteração dos padrões alimentares derivados do aumento do consumo de proteínas animais produziram uma pressão inédita sobre o sistema agroalimentar interno. O White Paper on Food Security explicita que *“assegurar o suprimento externo de grãos e oleaginosas tornou-se componente permanente da estratégia nacional de segurança alimentar”* (CHINA, 2010, p. 15). Essa condição evidencia que a dinâmica de demanda chinesa deve ser interpretada como uma decisão estratégica de Estado, articulada ao planejamento de longo prazo, e não como simples comportamento de mercado. A FAO reconhece essa nova correlação de forças ao afirmar que *“a capacidade da China de influenciar preços internacionais supera a de qualquer outro importador”* (FAO, 2009, p. 36), indicando que sua posição passa a reorganizar fluxos comerciais e disciplinar territórios produtores.

Do ponto de vista teórico, esse processo dialoga diretamente com a noção de interdependência assimétrica, tal como formulada por Keohane e Nye (1977). Embora Brasil e China dependam mutuamente da circulação da soja, as vulnerabilidades não são distribuídas de modo simétrico. A China diversifica fornecedores e usa seu peso relativo para modular regras e ritmos do comércio internacional; o Brasil, ao contrário, concentra mais de 70% de suas exportações de soja em um único comprador. A assimetria, portanto, reside na capacidade diferenciada de cada Estado de absorver choques, reorientar fluxos e impor custos ao outro. A isso se soma o argumento de Strange (1994) sobre o poder estrutural: Estados ou atores econômicos que conseguem moldar mercados, e não apenas competir neles, tornam-se capazes de influenciar decisões produtivas em escala global. A

demanda chinesa opera exatamente nessa chave, reorganizando expectativas, definindo investimentos portuários, logísticos e agrícolas e estimulando, de forma indireta, a reconfiguração territorial em países exportadores.

Essa dinâmica expressa, no plano sistêmico, a consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho, nos termos de Wallerstein (1974). Enquanto a China avança no controle das cadeias de valor e na produção de manufaturas complexas, ainda que com fortes contradições internas, países como o Brasil aprofundam sua especialização em commodities primárias. Arrighi (2007) interpreta esse movimento como característica da ascensão de um novo polo hegemônico, cuja capacidade de reorganizar fluxos produtivos e atrair cadeias globais redefine hierarquias e subordinações na economia-mundo. A leitura de Graziano da Silva (1996) e Delgado (2012) ajuda a iluminar como essa reorientação não é inédita no Brasil: o país vive, desde os anos 1990, um processo de reprimarização que reduz complexidade industrial e reforça a dependência de exportações de baixo valor agregado. Contudo, compreender o papel da China não dispensa o exame das transformações internas do agronegócio brasileiro. A expansão da sojicultura sobre o Cerrado, especialmente no MATOPIBA, antecede o boom das importações chinesas. O Banco Mundial já registrava que *“a interiorização da soja precede o boom asiático e resulta de décadas de políticas públicas que transformaram regiões do Cerrado em áreas disponíveis para a expansão empresarial”* (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 57). Ou seja, a demanda chinesa se acopla a uma trajetória histórica, pesquisa e tecnologia da Embrapa, subsídios do crédito rural, investimentos em infraestrutura e políticas de garantia de preços. Como argumentam Sauer e Leite (2017), trata-se de um processo de longa duração no qual Estado e capital operam conjuntamente para viabilizar a conversão do Cerrado em plataforma agroexportadora.

Esse entrelaçamento entre dinâmicas externas e internas confirma a leitura neoextrativista de Gudynas (2011), para quem modelos baseados em grandes extensões territoriais, uso intensivo de recursos naturais e exportação em larga escala redefinem ecossistemas, ampliam vulnerabilidades e aumentam a dependência de mercados externos. A UNCTAD reforça esse ponto ao afirmar que *“o Brasil tornou-se o maior exportador de soja em grão, mas permanece vulnerável à dependência de um único mercado comprador”* (UNCTAD, 2011, p. 88). Essa vulnerabilidade não é apenas econômica: ela se territorializa. A OECD-FAO, por sua vez, observava que *“a China continuará sendo o principal motor da demanda global por soja e derivados ao longo da década”* (OECD-FAO, 2005, p. 112),

pressionando países produtores a expandir fronteiras agrícolas para atender ao mercado.

Por fim, embora a demanda chinesa seja estrutural, ela não explica sozinha a consolidação do MATOPIBA. A expansão do agronegócio sobre o Cerrado resulta de políticas estatais implementadas desde os anos 1970, como a criação do POLOCENTRO, PRODECER e cultivares adaptados aos solos ácidos desenvolvidos pela Embrapa. Na década de 2000, o boom de commodities acelerou essa dinâmica, mas não a inaugurou. O WASDE de 2004 sintetiza esse quadro de forma precisa: *“China accounts for the majority of projected global import growth in soybeans”* (USDA, 2004, p. 28). Ou seja, a China funciona como vetor de intensificação, não como causa original.

Assim, a articulação entre documentos internacionais, literatura de Economia Política Internacional e dados históricos evidencia que o papel do Brasil como “celeiro” responde a uma combinação complexa: pressões estruturais externas, decisões de Estado no interior da economia-mundo e um padrão interno de desenvolvimento profundamente ancorado no agronegócio. O MATOPIBA é, portanto, resultado de uma convergência entre trajetórias históricas e demandas globais, revelando os limites e contradições da inserção internacional brasileira.

3.2. Condições políticas e institucionais da expansão da fronteira agrícola

A expansão da sojicultura sobre novas áreas do Cerrado, especialmente no MATOPIBA, não decorre apenas da dinâmica dos mercados internacionais, mas de uma arquitetura político-institucional cuidadosamente construída ao longo de décadas. Desde os anos 1990, o Estado brasileiro operou como agente indutor da modernização agrícola, articulando crédito subsidiado, pesquisa aplicada, incentivos fiscais e infraestrutura logística. O Plano Safra e seus instrumentos, como o Pronaf, o Moderfrota e o Moderinfra, foram decisivos para viabilizar a mecanização intensiva e o acesso a insumos modernos. O BNDES registra que *“os programas de modernização agrícola criaram condições estruturais para a expansão da produção de grãos em regiões de fronteira, reduzindo custos e elevando a capacidade produtiva”* (BNDES, 2005, p. 73).

A Embrapa desempenhou papel central nesse processo, desenvolvendo cultivares adaptadas aos solos ácidos do Cerrado e técnicas de correção que, até os anos 1980, eram consideradas inviáveis. O Relatório Embrapa Cerrados destaca que *“a soja tornou-se tecnicamente viável em solos de baixa fertilidade graças ao pacote tecnológico de correção,*

manejo de fósforo e desenvolvimento de cultivares de ciclo curto” (EMBRAPA, 2004, p. 22). Essa transformação, frequentemente descrita como “revolução do Cerrado”, produziu condições para que grandes grupos empresariais ocupassem áreas antes consideradas marginais do ponto de vista econômico.

No início dos anos 2000, a consolidação da infraestrutura logística, especialmente no Arco Norte, tornou essa expansão territorial ainda mais viável. O MAPA assinalava que “*o escoamento pelo Norte reduz em até 30% os custos logísticos da produção do Centro-Oeste e Cerrado*” (MAPA, 2009, p. 41). Ferrovias como a Norte-Sul, hidrovias como a do Tocantins e portos como Itaquí e Santarém foram incorporados ao circuito da soja, reduzindo custos de transporte e integrando rapidamente o MATOPIBA ao mercado internacional.

Além das políticas nacionais, a atuação das corporações transnacionais foi decisiva. Empresas como Bunge, Cargill, Archer Daniels Midland (ADM) e Louis Dreyfus Company (LDC) estruturaram redes de compra antecipada de safra (as chamadas *trading finance operations*), construíram silos, investiram em portos e estradas e estabeleceram contratos de fornecimento que alinharam o calendário agrícola local às exigências do mercado internacional. O Relatório da UNCTAD reconhece explicitamente essa dinâmica ao afirmar que “*as grandes tradings tornaram-se nodos essenciais da governança das cadeias globais de soja, determinando práticas de preço, logística e padrões produtivos*” (UNCTAD, 2011, p. 94).

O Banco Mundial também registrou essa reconfiguração territorial, destacando que “*a conversão de terras do Cerrado em áreas aptas ao agronegócio resulta de um conjunto de incentivos públicos e privados que reduziram riscos e viabilizaram investimentos de grande escala*” (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 57). Essa leitura converge com Delgado (2012), para quem o agronegócio brasileiro, no início do século XXI, passa a integrar um “complexo agroindustrial financeirizado”, no qual bancos, tradings, fundos de investimento e empresas de insumos controlam os elos centrais da produção.

No plano estadual, o avanço da fronteira agrícola foi igualmente estimulado por políticas específicas implementadas por governos de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Relatórios das Secretarias de Agricultura apontam para incentivos fiscais agressivos, flexibilização de normas ambientais e aceleração de processos de regularização fundiária voltados a atrair empreendimentos de grande porte. O Relatório da SEAGRI-BA de 2008

explicita que “*a política estadual busca consolidar o Oeste da Bahia como eixo estratégico da agricultura altamente mecanizada, garantindo segurança jurídica e competitividade logística*” (SEAGRI-BA, 2008, p. 13).

Esse movimento produziu profundas transformações fundiárias. A conversão de terras públicas, devolutas ou tradicionalmente manejadas por comunidades gerais em propriedades privadas de grande extensão integrou-se à lógica descrita por Harvey (2004) como “acumulação por espoliação”: territórios periféricos são incorporados ao circuito do capital por meio de grilagem, compra especulativa, violência direta ou processos judiciais assimétricos. O Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostra que “*o MATOPIBA concentrou alguns dos mais elevados índices de conflito fundiário do país entre 2000 e 2010, sobretudo em áreas de fundos e fechos de pasto*” (CPT, 2010, p. 47).

A OECD-FAO dá a dimensão global dessa pressão ao afirmar que “*a oferta adicional de soja depende cada vez mais da incorporação de novas áreas no Cerrado e de grandes investimentos em logística, armazenagem e financiamento privado*” (OECD-FAO, 2005, p. 112). Em outras palavras, a fronteira agrícola não se expande espontaneamente: ela é produzida por meio de uma engenharia institucional que articula Estado, capital transnacional, fundos financeiros e pesquisa pública. Portanto, a expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA precisa ser compreendida como parte de um processo sociopolítico complexo. Ela não é resposta automática à demanda chinesa, mas resulta da convergência de políticas estatais, estratégias corporativas e dinâmicas fundiárias concentradoras. Trata-se de um território minuciosamente preparado para atender às demandas das cadeias globais de commodities, passando a operar como peça-chave da inserção internacional brasileira no início do século XXI.

3.3. O MATOPIBA como fronteira agrícola do século XXI

O MATOPIBA consolidou-se, a partir dos anos 2000, como o território mais emblemático da expansão da fronteira agrícola brasileira, não apenas pelo crescimento acelerado da sojicultura, mas pelo conjunto de processos políticos, fundiários e ambientais que o transformaram em símbolo de uma nova etapa do agronegócio. A região reúne condições geográficas e econômicas que favoreceram sua incorporação ao circuito global das commodities: terras relativamente baratas, grandes extensões contínuas, topografia plana e proximidade a corredores logísticos estratégicos, como a Ferrovia Norte-Sul, a BR-135, o

Porto de Itaquí e a Hidrovia Tocantins-Araguaia. O Relatório Técnico da Embrapa Territorial confirma que *“o MATOPIBA apresenta elevada aptidão para culturas de larga escala em áreas contínuas e mecanizáveis, favorecendo a instalação de empreendimentos agrícolas empresariais”* (EMBRAPA, 2014, p. 17).

A chegada de grandes produtores migrantes do Sul e Centro-Oeste, os chamados *gaúchos do cerrado*, aliada à atuação de grupos empresariais nacionais e estrangeiros, acelerou a reestruturação produtiva da região. Fundos internacionais, como TIAA-CREF, Radar S/A (ligada à Cosan), SLC Agrícola e BrasilAgro, passaram a adquirir grandes extensões de terra, convertendo o Cerrado em ativo financeiro. O Banco Mundial registra que *“a expansão recente no Cerrado brasileiro é fortemente influenciada por fundos de investimento especializados em agricultura, que adquirem terras como ativos de longo prazo”* (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 62). Essa financeirização reforça a leitura de Delgado (2012) sobre o agronegócio como parte de um complexo agroindustrial financeirizado, no qual a produção agrícola está subordinada à lógica de valorização do capital financeiro. Do ponto de vista técnico, a introdução de sementes transgênicas resistentes, correção de solo baseada em calcário e fósforo, e técnicas de agricultura de precisão, todas amplamente documentadas pela Embrapa Cerrados, permitiram transformar extensas áreas nativas do Cerrado em plataformas de exportação. Como afirma relatório da própria Embrapa, *“tecnologias de correção de acidez e variedades adaptadas permitiram saltos de produtividade que tornaram competitiva a ocupação de novas áreas”* (EMBRAPA, 2006, p. 29).

Contudo, como argumenta Sauer (2018), a fronteira agrícola não é apenas um espaço de inovação técnica: ela é, fundamentalmente, um território de disputa. A expansão sobre áreas de uso comum, fundos e fechos de pasto, territórios quilombolas, áreas extrativistas de quebradeiras de coco babaçu, territórios geraizeiros e ribeirinhos, resultou em intensificação de conflitos fundiários, deslocamentos indiretos e crescente criminalização de modos de vida tradicionais. O Relatório Nacional de Conflitos no Campo evidencia que *“os estados do MATOPIBA registraram alguns dos maiores índices de conflitos fundiários do país entre 2000 e 2015, com destaque para o oeste baiano e o sul do Piauí”* (CPT, 2015, p. 54).

A reconfiguração territorial também envolveu práticas de grilagem, venda ilegal de terras devolutas e privatização de áreas públicas, operações mediadas tanto por atores privados quanto por segmentos do aparato estatal. O INCRA documenta que *“a grilagem*

constituiu-se em mecanismo central de apropriação de terras no MATOPIBA, especialmente no sul do Piauí, onde mais de 80% das áreas requeridas por grandes produtores apresentam irregularidades fundiárias” (INCRA, 2012, p. 33). Esse padrão se aproxima da dinâmica descrita por Harvey (2004) como acumulação por espoliação, na qual a expansão do capital se dá por meio de expropriação direta ou indireta de populações locais.

Do ponto de vista conceitual, trata-se do que Porto-Gonçalves (2017) denomina territorialização do capital, processo em que o agronegócio redefine escalas e usos da terra, rompendo práticas comunitárias e instaurando novas formas de controle espacial. A fronteira, portanto, opera como dispositivo político-econômico que articula escalas globais, mercados e corporações, e escalas locais, comunidades, ecossistemas, formas de uso da terra.

Tais transformações produziram um território profundamente desigual. Enquanto municípios como Luís Eduardo Magalhães (BA) e Balsas (MA) apresentaram crescimento econômico expressivo, cidades menores enfrentaram aumento da segregação socioespacial, precarização do trabalho e perda de autonomia produtiva. A OECD-FAO Agricultural Outlook sintetiza esse paradoxo ao afirmar que *“as regiões de fronteira agrícola no Brasil exibem alto dinamismo econômico acompanhado de vulnerabilidades sociais significativas e perda acelerada de vegetação nativa”* (OECD-FAO, 2011, p. 128). Assim, o MATOPIBA é fronteira agrícola do século XXI não apenas por expandir a produção de soja, mas por reorganizar relações de poder, redes fundiárias e territorialidades, inserindo o Cerrado em uma economia-mundo que articula investimentos financeiros, políticas estatais, corporações transnacionais e mercados globais. Trata-se de um processo que combina dinamismo econômico e despossessão, modernização tecnológica e vulnerabilidade ambiental, integração global e rupturas comunitárias, síntese das contradições estruturais do agronegócio brasileiro contemporâneo.

3.4. Impactos econômicos: modernização seletiva e dependência externa

A expansão da soja no MATOPIBA desencadeou um processo de modernização agrícola profundamente seletivo, cuja lógica se articula com a histórica concentração fundiária brasileira e com a inserção subordinada do país nas cadeias globais de commodities. A mecanização acelerada, impulsionada por instrumentos como o Plano Safra, o Moderfrota e o Programa de Sustentação do Investimento do BNDES, reforçou a

competitividade das grandes propriedades tecnificadas e excluiu segmentos inteiros da agricultura familiar. Entre 2003 e 2014, o BNDES financiou mais de 70% de todas as colheitadeiras e tratores adquiridos no país, como registra o próprio banco: *“a agricultura empresarial foi a principal beneficiária das linhas de crédito para mecanização, respondendo por mais de 65 bilhões de reais em investimentos”* (BNDES, 2015, p. 42). Essa modernização, longe de constituir um processo homogêneo, aprofunda desigualdades internas. A FAO observa que *“a expansão tecnológica no Cerrado brasileiro beneficiou predominantemente grandes estabelecimentos, enquanto agricultores familiares enfrentaram crescente dificuldade de acesso ao crédito e à terra”* (FAO, 2019, p. 73). Como argumenta Delgado (2012), trata-se de uma modernização “concentradora e excludente”, marcada pela adoção de tecnologias de alto custo que inviabilizam a participação dos pequenos produtores, que enfrentam preços de terra crescentes, insumos dolarizados e pressões competitivas que os empurram para atividades de menor rentabilidade ou para fora do mercado.

Paralelamente à modernização seletiva, intensificou-se a concentração fundiária e o processo de financeirização da terra no Cerrado. A entrada de fundos de investimentos internacionais, como TIAA-CREF, Radar/SLC Agrícola, Vision Brazil e BrasilAgro, transformou o território em ativo financeiro global, deslocando a terra de sua função produtiva para a lógica da valorização especulativa. Esse fenômeno é amplamente reconhecido no relatório do Banco Mundial, que registra que *“land in frontier regions is increasingly acquired for speculative appreciation rather than for productive use”* (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 65). Em regiões como o sul do Piauí e o oeste da Bahia, essa dinâmica é particularmente evidente, refletida no aumento de mais de 200% no preço das terras entre 2000 e 2015. Miranda et al. (2017, p. 49) destacam que *“o aumento expressivo dos preços das terras no MATOPIBA está descolado da renda agrícola, sinalizando forte pressão de investidores financeiros e grupos empresariais na formação de preços”*. Em vez de promover inclusão produtiva, a financeirização cria um regime de renda fundiária concentrado e desvinculado do uso social da terra, reforçando desigualdades socioeconômicas e alterando a lógica territorial do Cerrado.

Essa estrutura econômica reforça um padrão de dominação que opera não apenas por meios materiais, mas por mecanismos institucionais, como argumenta Cox (1981). No MATOPIBA, esse poder estrutural se manifesta na atuação das grandes tradings globais,

Cargill, Bunge, Archer Daniels Midland, Louis Dreyfus Company e Cofco International, que controlam a compra, o escoamento e a exportação da soja, regulando padrões de qualidade, preços e contratos. Segundo relatório da UNCTAD, *“as tradings controlam mais de 75% do comércio global de grãos, influenciando padrões produtivos e a alocação de investimentos nos países exportadores”* (UNCTAD, 2013, p. 21). Dessa forma, o produtor regional não negocia em condições de autonomia; ele se integra a uma cadeia global regida por parâmetros definidos fora do território, submetendo-se a exigências técnicas e financeiras que o subordinam estruturalmente.

A crescente dependência externa intensifica esse quadro. A OECD observa que *“a dependência crescente de mercados específicos, notadamente da China, aumenta a vulnerabilidade do país a choques externos de demanda e preços”* (OECD-FAO, 2015, p. 187). A estrutura exportadora brasileira, mais de 70% da soja destinada ao mercado chinês no período analisado, expõe o país a flutuações cambiais e instabilidades de preços internacionais, fenômenos típicos das economias periféricas descritas por Wallerstein (1974). A reprimarização, apontada por Graziano da Silva (1996) e Delgado (2012), não só se aprofunda como se articula a um padrão mais amplo de dependência sistêmica, no qual o Brasil oferece commodities de baixo valor agregado, enquanto países centrais, agora incluindo a China, concentram setores industriais e tecnológicos de maior intensidade de capital e conhecimento.

No plano continental, essa dinâmica coincide com o que Gudynas (2009) denomina neoextrativismo, um modelo econômico no qual a exportação intensiva de produtos primários opera como eixo de crescimento, ao custo de vulnerabilidade estrutural e impactos socioambientais profundos. O autor observa que *“o aumento das exportações de commodities não reduz a dependência histórica; ao contrário, aprofunda padrões assimétricos e fragiliza a capacidade de decisão interna”* (Gudynas, 2009, p. 34). A trajetória do MATOPIBA ilustra esse diagnóstico: há dinamismo econômico de curto prazo, aumento do PIB municipal, expansão logística, investimentos em infraestrutura, mas combinado a crescentes fragilidades de longo prazo, como concentração fundiária, volatilidade externa e esgotamento de recursos naturais.

Portanto, os impactos econômicos da expansão da soja no MATOPIBA não correspondem a um processo linear de desenvolvimento regional. Trata-se de uma modernização que beneficia grandes grupos empresariais, investidores financeiros e tradings

globais, ao custo de aprofundar desigualdades internas, fragilizar a autonomia produtiva nacional e reforçar o lugar periférico do Brasil na economia-mundo. O resultado é um modelo econômico que dinamiza indicadores agregados, mas reproduz assimetrias históricas e impõe ao território uma trajetória de desenvolvimento dependente, volátil e ambientalmente insustentável.

3.5. Impactos sociais: reconfiguração do espaço rural e conflitos territoriais

A expansão do agronegócio no MATOPIBA produziu uma profunda reconfiguração do espaço rural, alterando padrões históricos de uso da terra, modos de vida tradicionais e relações de poder no Cerrado. Comunidades como fundos e fechos de pasto, quebradeiras de coco babaçu, geraizeiros, quilombolas e ribeirinhos passaram a enfrentar crescente restrição ao acesso a áreas de uso comum, muitas vezes incorporadas a grandes propriedades privadas por meio de processos de grilagem, compra compulsória ou regularização fundiária voltada ao grande capital. Como sintetiza Sauer e Leite (2017, p. 112), *“a expansão da sojicultura desloca territorialidades tradicionais, introduzindo cercamentos físicos e jurídicos que inviabilizam práticas coletivas de manejo e desestabilizam formas de reprodução social baseadas em uso comum da terra”*. A chegada de grandes empreendimentos agrícolas instalou cercas extensas, estradas privadas e sistemas de vigilância armada, alterando a circulação tradicional e criando zonas de exclusão que impactam diretamente o acesso à água, às áreas de extrativismo e às rotas comunitárias.

Documentos de organismos internacionais confirmam esse processo. O relatório da FAO (2019, p. 61) observa que *“a rápida expansão de monoculturas no Cerrado está associada a processos de desterritorialização de comunidades tradicionais, que enfrentam dificuldades crescentes para manter suas atividades extrativistas, pastoril e agroecológica”*. Os impactos recaem principalmente sobre populações historicamente marginalizadas, para as quais a terra não constitui apenas base produtiva, mas fundamento identitário, cultural e religioso. A perda ou restrição do território rompe redes de reciprocidade, compromete práticas tradicionais de manejo e altera profundamente o tecido socioeconômico dessas comunidades.

Nos centros urbanos da região, o dinamismo econômico impulsionado pelo agronegócio não produziu desenvolvimento homogêneo. Observa-se o surgimento de “ilhas de prosperidade” vinculadas aos setores de serviços especializados e às cadeias logísticas, ao

lado de bolsões de precarização, informalidade e segregação socioespacial. De acordo com o IPEA (2020, p. 88), *“o crescimento urbano associado ao agronegócio no MATOPIBA tende a reforçar desigualdades internas, criando cidades divididas entre uma elite ligada ao capital agroexportador e uma periferia marcada pela informalidade laboral e pela ausência de serviços públicos”*. A mecanização intensiva reduziu drasticamente a demanda por trabalho rural, aprofundando o desemprego estrutural e incentivando fluxos migratórios internos, sobretudo de trabalhadores jovens deslocados de unidades familiares inviabilizadas pela expansão da monocultura.

Os conflitos territoriais tornaram-se mais frequentes e violentos. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam que o MATOPIBA concentrou 2.338 conflitos por terra entre 2000 e 2019, muitos deles envolvendo ameaças, destruição de roças, incêndio de casas comunitárias, expulsões indiretas e violência armada perpetrada por milícias privadas ou forças de segurança vinculadas a grandes propriedades. O relatório da CPT de 2021 afirma que *“o avanço do agronegócio sobre o Cerrado tem promovido a intensificação de conflitos, com aumento da violência letal e não letal contra lideranças comunitárias e defensores de direitos territoriais”* (CPT, 2021, p. 54). A judicialização dos territórios tradicionais tornou-se estratégia recorrente, com ações de reintegração de posse e processos administrativos de regularização fundiária que tendem a favorecer grandes empreendimentos agrícolas em detrimento de comunidades que historicamente ocupam e manejam essas áreas.

Essas dinâmicas expressam, em escala territorial, o que Harvey (2004, p. 113) denomina *“violência estrutural da acumulação por espoliação”*, na qual a expansão do capital requer a despossessão de grupos subalternizados e a reorganização coercitiva do espaço. No MATOPIBA, essa violência não se manifesta apenas em ações físicas, mas também em mecanismos burocráticos, jurídicos e financeiros que expulsam lentamente comunidades de seus territórios, inviabilizam suas práticas produtivas e enfraquecem sua autonomia econômica. A fronteira agrícola, portanto, não é apenas espaço de inovação e investimento, mas também de confronto entre racionalidades econômicas inconciliáveis: de um lado, a lógica empresarial, intensiva em capital e voltada ao mercado global; de outro, as territorialidades tradicionais, baseadas no uso comum, na diversidade produtiva e na reprodução comunitária. Assim, os impactos sociais da expansão da soja no MATOPIBA revelam que o crescimento econômico regional está imbricado em processos de

desposseção, conflitos, desigualdades e rupturas territoriais. Mais do que externalidades, esses fenômenos constituem parte constitutiva da própria dinâmica de expansão do agronegócio em áreas de fronteira, que opera por meio de mecanismos combinados de exclusão social, concentração de recursos e redistribuição assimétrica de poder.

3.6. Impactos ambientais: desmatamento, perda de biodiversidade e fragilização hídrica

O avanço da sojicultura no MATOPIBA desencadeou uma das transformações ambientais mais profundas já registradas no Cerrado, bioma reconhecido internacionalmente como *hotspot* de biodiversidade. A supressão de vegetação nativa, frequentemente apresentada pelo discurso do agronegócio como conversão de “áreas degradadas”, ocorreu majoritariamente sobre áreas de Cerrado primário, conforme demonstrado por Miranda et al. (2017, p. 43), que apontam que *“mais de 60% da expansão agrícola no MATOPIBA entre 2000 e 2014 se deu sobre vegetação nativa com alta integridade ecológica”*. Esse processo provocou fragmentação de habitats, perda de corredores ecológicos e a diminuição acelerada de espécies endêmicas, afetando profundamente o equilíbrio ecológico regional.

Documentos de instituições internacionais reforçam essa avaliação. O relatório do *World Resources Institute* (WRI, 2019, p. 17) evidencia que *“o Cerrado perdeu mais área nativa do que a Amazônia ao longo da década de 2000, impulsionado principalmente pela expansão da soja sobre suas áreas de savana e floresta estacional”*. O WWF (2020, p. 55) alerta que a conversão de vegetação no MATOPIBA compromete processos ecológicos essenciais, como a recarga hídrica e a manutenção de solos altamente porosos típicos do Cerrado. A FAO (2021, p. 78) enfatiza que o avanço agrícola intensivo no Cerrado *“reduz a resiliência ecossistêmica, acelera a erosão e limita a capacidade de regeneração natural, tornando certos danos potencialmente irreversíveis”*. Conforme mostra o gráfico a seguir, os números da taxa de desmatamento confirmam o aumento do desmatamento devido ao agronegócio durante o período 2000-2014.

Gráfico 1 - Impacto do agronegócio durante 2000-2014



Fonte: CPTNACIONAL (2015).

Documentos de instituições internacionais reforçam essa avaliação. O relatório do *World Resources Institute* (WRI, 2019, p. 17) evidencia que “o Cerrado perdeu mais área nativa do que a Amazônia ao longo da década de 2000, impulsionado principalmente pela expansão da soja sobre suas áreas de savana e floresta estacional”. O WWF (2020, p. 55) alerta que a conversão de vegetação no MATOPIBA compromete processos ecológicos essenciais, como a recarga hídrica e a manutenção de solos altamente porosos típicos do Cerrado. A FAO (2021, p. 78) enfatiza que o avanço agrícola intensivo no Cerrado “*reduz a resiliência ecossistêmica, acelera a erosão e limita a capacidade de regeneração natural, tornando certos danos potencialmente irreversíveis*”.

Os impactos sobre os sistemas hídricos são igualmente críticos. Conhecido como “berço das águas”, o Cerrado alimenta oito das doze grandes bacias hidrográficas brasileiras. A substituição de vegetação nativa por monoculturas altera profundamente o regime de infiltração, evapotranspiração e recarga dos aquíferos. Pesquisas do MapBiomias (2022) mostram que municípios do MATOPIBA registraram reduções de até 32% na vazão de nascentes entre 2000 e 2020, diretamente relacionadas ao uso intensivo de irrigação e ao desmatamento em APPs. O relatório da ANA, Agência Nacional de Águas, (ANA, 2019, p. 94) aponta que “a expansão de pivôs centrais no MATOPIBA elevou a pressão sobre aquíferos como o Urucuia, resultando em conflitos locais pelo uso da água e

comprometendo a segurança hídrica de pequenas comunidades rurais”.

Além disso, a intensificação do uso de agroquímicos, herbicidas, fertilizantes sintéticos e pesticidas de alta toxicidade, elevou os níveis de contaminação de águas superficiais e subterrâneas. Segundo o IBAMA (Relatório de Agrotóxicos, 2020, p. 112), *“a região do MATOPIBA apresenta um dos maiores índices de aplicação de glifosato por hectare do país, com evidências de bioacumulação e contaminação de cursos d’água próximos a áreas de monocultura”*. As consequências se estendem para além do ambiente, atingindo populações rurais que dependem de nascentes e poços comunitários para abastecimento doméstico.

Esse conjunto de processos revela um limite estrutural da fronteira agrícola no Cerrado. Ao analisar a dinâmica de expansão do capital, Harvey (2010, p. 159) afirma que *“as crises do capitalismo são deslocadas geograficamente por meio do que se convencionou chamar de ajuste espacial, mas tal deslocamento apenas reconstrói contradições em novos territórios, frequentemente com maior intensidade”*. No MATOPIBA, esse mecanismo opera de forma evidente: a fronteira agrícola avança sobre áreas ambientalmente sensíveis para sustentar ciclos de expansão econômica que, por sua natureza, geram degradação e exaustão dos próprios recursos que a tornam possível.

Por isso, a expansão da soja no MATOPIBA sintetiza de maneira exemplar o paradoxo socioambiental do desenvolvimento brasileiro contemporâneo. Ao mesmo tempo em que promove crescimento econômico, inovação tecnológica e integração aos mercados globais, produz simultaneamente fragmentação ecossistêmica, perda de biodiversidade, escassez hídrica e pressões severas sobre comunidades tradicionais. A relação com a China, estrutural, estratégica e assimétrica, acentua esse paradoxo, estimula o boom agroexportador que dinamiza a região, mas aprofunda vulnerabilidades ambientais e limita alternativas produtivas.

Como observa Gudynas (2009, p. 70), no contexto do neoextrativismo latino-americano, *“processos de expansão econômica baseados em exportações de larga escala promovem crescimento imediato, mas geram impactos cumulativos e permanentes que recaem sobre comunidades rurais e ecossistemas frágeis, configurando perdas estruturais de longo prazo”*. A fronteira agrícola do MATOPIBA, ao articular escalas globais (demanda chinesa), nacionais (políticas de crédito e logística) e locais (reorganização territorial e conflitos ambientais), materializa esses efeitos de forma

particularmente intensa. Compreender o MATOPIBA, portanto, exige situá-lo não apenas como fenômeno agrícola, mas como expressão territorial das dinâmicas da economia-mundo capitalista: um espaço onde desenvolvimento e dependência coexistem, onde a modernização avança por meio da despossessão e onde os limites ecológicos do Cerrado, cada vez mais ultrapassados, colocam em risco a sustentabilidade futura da região e da própria produção agrícola.

4. CONCLUSÃO

A análise da trajetória da soja brasileira entre 2001 e 2011, articulada ao avanço da demanda chinesa e à conformação territorial do MATOPIBA, evidencia que o fenômeno estudado extrapola uma leitura puramente comercial ou produtiva. A relação entre o “dragão” e o “celeiro” tornou-se, ao longo da primeira década do século XXI, um eixo estruturante de um novo padrão de inserção internacional do Brasil, marcado tanto pela ampliação do agronegócio quanto pela reconfiguração espacial, social e ambiental das regiões incorporadas ao circuito global das commodities. Nesse contexto, a expansão da soja no MATOPIBA revela-se simultaneamente resultado e vetor de transformações no capitalismo contemporâneo, influenciadas por dinâmicas globais de poder, como destacam Susan Strange (1988) e Robert Cox (1996), e por processos de acumulação que, conforme argumenta David Harvey (2004), frequentemente se apoiam em mecanismos de espoliação, expropriação e desigualdade. No plano econômico, demonstrou-se que o crescimento exponencial da demanda chinesa constituiu o principal motor do avanço da soja brasileira. A entrada da China na OMC em 2001 integrou o país às cadeias globais de valor em novas bases e impulsionou um processo de industrialização dependente de grandes volumes de insumos agrícolas importados. Para o Brasil, esse cenário significou uma oportunidade estratégica de expansão de exportações e de consolidação do agronegócio como setor hegemônico na pauta externa. Contudo, como alertam José Graziano da Silva (1999) e Guilherme Delgado (2012), tal padrão de especialização produtiva aprofunda certo tipo de dependência externa, reduzindo a complexidade econômica do país e ampliando vulnerabilidades estruturais associadas à oscilação de preços, à primarização das exportações e à captura de políticas públicas por grupos com forte poder econômico e político.

A análise da formação territorial do MATOPIBA reforça essa leitura. A fronteira agrícola nordestina e norte-tocantinense não se consolidou apenas por força de vantagens naturais ou tecnológicas, mas sobretudo por um arranjo institucional, político e financeiro que mobilizou incentivos estatais, investimentos privados e redes internacionais de comércio. O MATOPIBA tornou-se simultaneamente um “espaço de oportunidade” para capitais vinculados ao agronegócio global e um “espaço de vulnerabilidade” para populações locais, cuja presença histórica na região, marcada por agricultura familiar, comunidades tradicionais, posseiros e povos originários, passou a ser tensionada pelo

avanço da fronteira.

Do ponto de vista social, o processo de expansão agrícola trouxe efeitos contraditórios. Se, por um lado, houve aumento da renda municipal, elevação do PIB agropecuário e maior integração da região aos fluxos nacionais e internacionais, por outro, multiplicaram-se conflitos fundiários, processos de grilagem, expulsão de comunidades tradicionais e precarização das condições de trabalho. A modernização agrícola, longe de ser neutra, ocorreu de maneira seletiva, beneficiando grandes agricultores, empresas transnacionais de insumos e tradings exportadoras, enquanto segmentos mais vulneráveis enfrentaram obstáculos ao acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica. Essa assimetria reforça as contribuições de Robert Cox (1996) ao destacar que estruturas hegemônicas não reproduzem apenas relações de produção, mas também um conjunto de práticas e ideias que normalizam desigualdades e consolidam poder social de determinados grupos.

No eixo ambiental, os impactos revelam um quadro preocupante. A conversão acelerada de cerrado para lavouras, o aumento do uso de agroquímicos e a supressão de vegetação nativa comprometeram a biodiversidade e reduziram a resiliência ecológica de uma região reconhecida como um dos biomas mais ameaçados do planeta. A expansão da soja, ainda que sustentada por ganhos tecnológicos e maior eficiência logística, operou dentro de um modelo que tende a maximizar a produtividade no curto prazo, mas externaliza custos socioambientais no longo prazo. A perspectiva de Harvey (2004) sobre “acumulação por espoliação” ajuda a compreender como o capital avança não apenas absorvendo novas áreas, mas convertendo bens comuns, como terra, água e biodiversidade, em recursos privatizáveis, reconfigurando relações sociais e territoriais.

A articulação entre China e MATOPIBA também ilustra a dinâmica descrita por Susan Strange (1988), segundo a qual o poder estrutural na economia política internacional se exerce não apenas por meio de decisões estatais diretas, mas por meio da capacidade de moldar mercados, orientar fluxos financeiros e reorganizar geografias de produção. A demanda chinesa reorganizou todo o sistema de logística, infraestrutura e investimentos no Brasil, redefinindo prioridades públicas e privadas e reforçando a centralidade do agronegócio como ator político. Esse movimento alterou não apenas a economia regional do MATOPIBA, mas a própria geopolítica comercial do país.

Assim, ao observar a década de 2001–2011, identifica-se que o MATOPIBA não é apenas uma fronteira agrícola emergente, mas um laboratório das tensões que atravessam o

desenvolvimento brasileiro contemporâneo. A região sintetiza o entrelaçamento entre globalização, políticas nacionais, territorialidades locais e disputas por recursos. A expansão da soja, impulsionada pela China, permitiu ganhos econômicos significativos, mas aprofundou desigualdades, promoveu impactos ambientais severos e consolidou uma forma de desenvolvimento que privilegia grandes agentes econômicos em detrimento de comunidades historicamente estabelecidas e do equilíbrio ecológico.

Dessa perspectiva, a metáfora “o dragão e o celeiro” revela-se particularmente adequada: a China, como “dragão”, simboliza a potência consumidora que reorganiza mercados globais; o MATOPIBA, como “celeiro”, representa o território ofertante, mobilizado para suprir essa demanda. Entretanto, a imagem não é apenas descritiva: ela sugere uma relação assimétrica, em que os imperativos externos influenciam fortemente a lógica interna de uso da terra, a política agrícola e o desenho de estratégias de desenvolvimento. A análise evidencia que, embora o agronegócio brasileiro tenha se beneficiado enormemente da ascensão chinesa, esse processo não se distribuiu de maneira equitativa no território nem entre grupos sociais.

Em síntese, o estudo mostra que a expansão da soja no MATOPIBA entre 2001 e 2011 é um fenômeno complexo e multifacetado que só pode ser compreendido adequadamente à luz da economia política internacional. A interação entre demanda chinesa, políticas brasileiras e dinâmicas territoriais revela que o avanço da fronteira agrícola não é um processo natural ou espontâneo, mas profundamente político, marcado por disputas, interesses e assimetrias de poder. Para além da década analisada, os desafios persistem: conciliar competitividade agrícola com sustentabilidade ambiental, garantir direitos territoriais, reduzir desigualdades sociais e construir um modelo de desenvolvimento que não restrinja o Brasil à condição de exportador de matérias-primas, mas que permita diversificação econômica e inclusão social.

Diante disso, a trajetória do MATOPIBA coloca uma questão fundamental para o futuro: será possível construir uma integração virtuosa entre a demanda global, especialmente chinesa, e um desenvolvimento regional que respeite limites socioambientais e promova justiça social? A resposta a essa pergunta exigirá não apenas novas políticas públicas, mas novos debates sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro e sobre o lugar do país na economia mundial. A reflexão proposta neste artigo contribui para esse debate, evidenciando que o avanço da soja no MATOPIBA é tanto um reflexo das transformações

globais quanto um espelho das contradições internas do Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. *Relatório de exportações do agronegócio brasileiro: soja e derivados*. Piracicaba: ESALQ/USP, 2012.
- COX, Robert W. *Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History*. New York: Columbia University Press, 1987.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012)*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Agricultura e industrialização no Brasil: ensaios sobre a modernização agrícola*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- EPSJV/FIOCRUZ. *Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: 24 out. 2025.
- FAVARETO, Arilson; PEREIRA, Letícia; PEREIRA, Mariana; SCHOTT, Emilie. *Desenvolvimento, território e fronteiras do agronegócio: dinâmicas e desafios no Matopiba*. São Paulo: CEBRAP, 2019.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do agronegócio e o papel das corporações transnacionais na estrutura fundiária brasileira*. São Paulo: Unesp, 2020.
- GARCIA, Ana Paula. *China e a Organização Mundial do Comércio: desafios e transformações de uma potência emergente*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57, n. 2, p. 75–94, 2014.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEITE, Sérgio Pereira. *Economia política do agronegócio: disputas, hegemonias e alternativas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Agrostat Brasil: comércio exterior do agronegócio brasileiro*. Brasília: MAPA, 2013.

MIRANDA, Ernane José; GASQUES, José Garcia; CARVALHO, Joaquim Bento de Souza Ferreira. *Produtividade da agricultura brasileira: o papel do Matopiba*. Brasília: IPEA, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. *Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness*. *Globalizations*, v. 12, n. 1, p. 107–126, 2015.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. *A geopolítica da soja e a inserção da China no agronegócio global*. *Revista Nera, Presidente Prudente*, v. 19, n. 29, p. 10–33, 2016.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Conflitos no campo e direitos humanos no Matopiba*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020.

RESEARCHGATE. *Soy, China's Food Security, and the Brazilian Supply*. 2022. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/362633058_Soy_China%27s_Food_Security_and_the_Brazilian_Supply. Acesso em: 24 out. 2025

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. *Expansão da soja no cerrado e desenvolvimento sustentável: conflitos e desafios*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 50, n. 2, p. 239–262, 2012.

SCHLESINGER, Sérgio. *Soja: o grão que cresceu demais: impactos da expansão da soja no Brasil*. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. *A inserção subordinada do Brasil no sistema agroalimentar global*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 143–161, 2014.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/IE, 1999.

SILVA, José Graziano da; DELGADO, Guilherme. *Brasil Rural em Debate: questões atuais da reforma agrária e do desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2001.

STRANGE, Susan. *States and Markets*. London: Pinter Publishers, 1988

WILKINSON, John; WESZ JR., Valdemar João. *Under the shadow of the State: the Brazilian agribusiness sector and the new global food regime*. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 34, n. 3, p. 442–460, 2013.

WEFORUM. *Brazil and China can transform the sustainability of soy supply chains*. World Economic Forum, 2025. Disponível em:

<https://www.weforum.org/stories/2025/05/brazil-and-china-can-transform-the-sustainability-of-soy-supply-chains/>. Acesso em: 24 out. 2025.

<https://cptnacional.org.br/2015/12/03/avanco-do-agronegocio-no-matopiba-puxa-devastacao-do-cerrado/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

<https://www.sagri.com.br/matopiba/>. Acesso em: 27 nov. 2025

ZHANG, Hongzhou. *China's food security: prospects and challenges*. *Asian Politics & Policy*, v. 3, n. 4, p. 485–505, 2011